

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

VILA DOS SARGENTOS: OCUPAÇÃO URBANA NA PONTA DA SERRARIA

Rogério Leandro Lima Da Silveira
Boletim Gaúcho de Geografia, 17: 32-44, out., 1989.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38003/24485>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 1989

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

VILA DOS SARGENTOS: OCUPAÇÃO URBANA NA PONTA DA SERRARIA

Rogério Leandro L. da Silveira*

INTRODUÇÃO

Primeiramente, cabe salientar que este trabalho aqui apresentado, sob a forma de artigo, foi realizado no segundo semestre de 1988, objetivando a conclusão do Curso de Especialização em Geografia Ambiental Urbana oferecido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O presente estudo procura resgatar o processo histórico e social de ocupação irregular da Ponta da Serraria, localizada na zona sul da cidade de Porto Alegre. Esta área situa-se a nordeste da Ponta Grossa e a sudeste do Bairro Guarujá e caracteriza-se por ser uma das tantas "pontas" que compõem o contorno recortado da margem esquerda do Lago Guaíba (Vide Mapa 1).

O regime urbanístico desta área da cidade, segundo o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, prevê a constituição de uma reserva natural, devido ao potencial paisagístico que a mesma apresenta. Constitui-se também como um dos objetivos a análise das contradições existentes entre a legislação municipal, no que se refere à qualificação funcional do solo urbano na Ponta da Serraria, e o processo de ocupação e a devastação involuntária pelos moradores deste ecossistema.

Basicamente procurar-se-á elementos que caracterizem o processo de ocupação desta área, a partir da compreensão de como evoluiu, historicamente, a Vila dos Sargentos, através da organização e luta dos moradores locais por melhores condições de vida.

A metodologia empregada constituiu-se, basicamente, em cinco etapas:

* Geógrafo, CREA: 64788 - Professor do Departamento de Ciências Sociais da FISC-Santa Cruz do Sul.

- 19) Revisão da bibliografia e documentos oficiais condizentes com o tema deste estudo, objetivando a formação de um referencial teórico;
- 29) Desenvolvimento de um estudo de vida, através de entrevista com o Sr. Plácido de Oliveira Passos, antigo morador da Vila dos Sargentos, com o objetivo de coletar dados acerca do processo histórico da ocupação da Ponta da Serraria;
- 39) Entrevista com o Sr. Joelci Freitas e Sra. Lourdes da Silva, ambos membros da Associação de Moradores da Vila dos Sargentos, a fim de levantar dados que fundamentassem a organização política dos moradores, suas formas de luta, seus avanços e retrocessos na luta pela consolidação da Vila dos Sargentos, como parte integrante do espaço urbano porto-alegrense;
- 49) Coleta de dados junto aos órgãos públicos municipais e estaduais, priorizando a dinâmica e o processo de crescimento da Vila dos Sargentos, a partir dos aspectos ambientais, urbanos e sociais.
- 59) Ordenação seqüencial de todas as informações obtidas, a partir da fundamentação teórica anteriormente adquirida.

Este estudo propôs-se, acima de tudo, a contribuir, dentro de suas limitações, como subsídio a todos aqueles que, através do desenvolvimento de uma análise crítica das contradições existentes em nosso espaço de vida, procuram forjar os instrumentos necessários à libertação da classe trabalhadora em nosso país.

A INCORPORAÇÃO DA ZONA SUL AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE

A ampliação do perímetro urbano da cidade, de uma forma desordenada e contínua, traduz o modo pelo qual se processa o desenvolvimento urbano do espaço, através do modo de produção capitalista.

O processo de urbanização da cidade de Porto Alegre teve

início principalmente a partir de 1950, com o desenvolvimento intensivo das atividades comerciais e industriais. A partir deste período a cidade começa a apresentar um crescimento urbano efetivo, com sucessivas incorporações ao perímetro urbano, de áreas até então reconhecidas como rurais.

O desenvolvimento urbano da capital gaúcha, a partir do momento em que ela se constitui centro econômico e político hegemônico, provoca mudanças estruturais nas ocupações da cidade.

Enquanto na zona norte da cidade, o capital advindo do setor comercial é reinvestido pela burguesia de São Leopoldo, principalmente na atividade industrial promovendo o desenvolvimento de bairros operários, a zona sul permanece quase que totalmente intocada.

Caracterizada principalmente por extensas chácaras e áreas de balneário, a zona sul constitui a atividade rural e o lazer como funções urbanas distintas de qualquer outro ponto da cidade.

Por outro lado, a proximidade com o Guaíba que margeia extensa faixa desta zona, promove também uma progressiva valorização do solo urbano. Os inúmeros loteamentos imobiliários que projetam-se sobre esta área, a partir de 1950, mostram-nos a importância econômica desta zona da cidade, enquanto área de reserva imobiliária.

A produção e a reprodução do espaço urbano porto-alegrense vai promover-se à medida que ocorre a concentração do processo do capital, a partir da centralização e monopólio do ciclo de produção da circulação e da distribuição do capital.

Estabelece-se assim, na cidade, uma diversidade de relações de produção com intensidade desiguais que vão, gradativamente, gerando o espaço global da cidade, através da produção de parcelas espaciais menores, mas não menos importantes.

O capital articula a produção de dois espaços distintos no interior da cidade. De um lado, o espaço da acumulação onde a reprodução do capital determina a alocação de recursos públicos em benefício apenas de uma minoria privilegiada do ponto de vista econômico e social. Este processo ocorre através do monopólio de áreas

extremamente valorizadas pela localização dos terrenos e por toda uma rede de infra-estrutura e serviços urbanos pelo capital imobiliário.

De outro lado, tem-se o espaço da miséria que vem aumentando gradativamente no interior e nas áreas periféricas de Porto Alegre. A classe trabalhadora que não possui as condições econômicas necessárias para usufruir do mesmo espaço ocupado pela burguesia é obrigada a migrar para as áreas periféricas da cidade, constituindo na prática, muitas ocupações irregulares.

Entretanto, esta prática oficial de expulsão dos trabalhadores das zonas central e intermediárias da cidade provoca, muitas vezes, a ocupação irregular de áreas localizadas na periferia, que constituem verdadeiras reservas ecológicas tanto do ponto de vista ambiental como paisagístico.

Todavia, estas ocupações irregulares, fazem parte de um contexto sócio-econômico mais amplo. A classe trabalhadora na busca por um lugar na cidade, enquanto espaço de sobrevivência, muitas vezes involuntariamente, acaba por destruir parcelas significativas do ambiente natural nestas áreas periféricas.

Por outro lado, a falta de uma política habitacional eficiente por parte do Estado, assim como a legitimação pública da prática oficial de agressão capitalista tanto financeira como imobiliária, contribuem em muito para aumentar o grau de segregação espacial da cidade.

PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA PONTA DA SERRARIA

O conjunto do ambiente natural desta área constituía-se até 1930, de sua formação original. Apresentava uma rica variedade paisagística com intensa e heterogênea mata nativa, além de possuir inúmeros monolitos esculpidos pelas vagas do Guaíba.

As alterações ambientais que esta área hoje apresenta, estão diretamente relacionadas com o seu processo histórico de ocupação.

É necessário, entretanto, demarcar dois períodos distintos

na dinâmica de ocupação da área em estudo, a saber:

I - Fase de ocupação com caráter extensivo

Em um primeiro instante, a partir de 1935 até 1941, ocorre a instalação e o funcionamento do Matadouro Modelo de propriedade do Gal. Flores da Cunha. Este matadouro instala-se na Ponta da Serraria com o intuito de servir de anteparo ao abate do gado bovino, originário de municípios vizinhos, como também incrementar a distribuição e a comercialização de carne em Porto Alegre.

O desenvolvimento desta atividade na Ponta da Serraria, promoveu durante este período uma série de alterações no ambiente natural desta área. Construiu-se dezenas de casas para a maioria dos empregados do Matadouro, implantou-se toda uma rede de infra-estrutura capaz de permitir um melhor aproveitamento do local.

A criação da Vila Modelo proporciona uma gradativa, ainda que dispersa, expansão urbana pelo espaço natural da Ponta da Serraria, onde o desmatamento localizado e o surgimento da exploração do granito aí existente, coexistem.

A desativação do Matadouro Modelo em 1941 e a transferência tanto do maquinário como dos empregados especializados para o município de Taquara, leva os demais moradores a buscarem emprego na indústria da construção civil que nesta época, empreendia várias construções na zona sul da cidade.

O segundo momento importante no aprofundamento do processo de ocupação da Ponta da Serraria viria a ocorrer a partir de 1942, com a instalação do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizada no local onde um ano atrás localizava-se o matadouro. Aproveitam-se as instalações e benfeitorias já existentes e tem o 12º RCMec, nesta época, o aval do governo do Estado para ali permanecer.

Nota-se já em 1943 a presença de um quartel de grande porte. A antiga Vila Modelo, na medida em que o efetivo militar assentava-se nesta área, era substituída pela Vila dos Sargentos.

A Ponta da Serraria experimenta nesta época um aumento significativo do número de moradores, muitos militares constituem fa-

mília neste local. A extensão da infra-estrutura proveniente da abertura de novas ruas vai fazer com que novas áreas da Ponta da Serraria sejam incorporadas ao processo de ocupação, principalmente nas vertentes norte e sul.

Agora, quem se apropriava de uma parte da Ponta da Serraria era o exército brasileiro que, através de um discurso de preservação da ordem institucional burguesa, ocupava na prática, importante parcela de um patrimônio público ambiental.

Este controle efetivo do crescimento e da urbanização da Vila dos Sargentos, faz com que o fluxo migratório de novos habitantes para esta área diminua sensivelmente.

II) O movimento de ocupação intensiva

A ocupação, de forma intensiva, da Ponta da Serraria está ligada a algumas questões estruturais básicas que ocorreram no país modificando em muito a conjuntura nacional, tanto ao nível econômico como político, a ponto de engendrar novos e crescentes movimentos sociais pelo espaço brasileiro.

A partir da década de sessenta e, principalmente durante os anos setenta, a agricultura brasileira começou a apresentar profundas transformações, que iriam definitivamente engendrar uma nova e difícil conjuntura no campo, principalmente para os trabalhadores rurais.

A penetração do capitalismo monopolista no campo, através da indústria de implementos agrícolas, modifica as relações de produção até então pré-existentes. Ocorre simultaneamente a transformação do latifúndio em empresa capitalista ou agro-indústria. Este avanço da modernização agrícola subsidiado pelo Estado, promove uma contínua e crescente expropriação dos pequenos produtores que não possuem as mínimas condições para competirem com o complexo agro-industrial.

A subordinação da agricultura ao circuito industrial representa uma intensificação das relações de produção, onde os meios permanecem como propriedade privada de alguns e, conseqüentemente, os

bens gerados não pertencem a quem, pela força do seu trabalho, os criou.

É basicamente neste contexto que durante os anos setenta se incrementou pelo interior do Brasil e também aqui no Estado, um intenso fluxo migratório.

Porto Alegre recebe, a partir de 1975, um grande fluxo de trabalhadores rurais expulsos do campo que migram em busca de melhores condições de vida no interior da cidade.

Este contingente de migrantes distribui-se espacialmente pela cidade, de forma diferenciada. Tem-se um aumento significativo na população das vilas pré-existentes, como também o surgimento de outras aglomerações de sub-habitações.

A Vila dos Sargentos recebe a partir deste ano um crescente contingente de novos moradores que, de forma indiscriminada vão ocupar efetivamente a Ponta da Serraria. Entretanto esta ocupação intensiva não ocorre somente com a chegada de trabalhadores rurais originários do campo, mas também a partir da expulsão de trabalhadores urbanos de algumas áreas da cidade para esta área periférica.

A propriedade privada do solo que se manifesta na extração de renda sobre seu uso, é um elemento importante para a compreensão do fenômeno da segregação espacial verificada nas cidades e Porto Alegre não foge a este contexto.

Na cidade, segundo dados do registro de imóveis, apenas quinze proprietários detêm 21% da área urbana vazia da cidade, ou seja, 3.655 hectares.

O processo de retenção-especulação é uma caracterização que pode adquirir muitas formas e tomar vários anos. Contudo, o resultado é essencialmente o mesmo em todo o lugar: valorização da terra através da incorporação de efeitos úteis de aglomeração pelo dinamismo da economia metropolitana.

Por outro lado, a produção capitalista de bens de consumo não preenche todas as necessidades de reprodução da força de trabalho do porto-alegrense. E a habitação é o componente mais importan-

te da cesta de consumo que não é suprida através de formas capitalistas de produção e comercialização para a grande maioria dos trabalhadores.

Como os trabalhadores assalariados são extremamente mal remunerados, torna-se praticamente impossível a aquisição da casa/terreno mediante o salário mensal. A prática diária da comercialização da terra/edificação pressupõe no cômputo desta "mercadoria" a renda (do proprietário da terra), o lucro (das indústrias de insumo e construção) e os juros (dos financistas). Assim, um metro quadrado de qualquer terreno em qualquer local, é superior ao valor do salário mínimo mensal.

O Estado burguês, ao invés de suprir, de forma a favorecer o acesso da grande maioria da população aos bens de consumo coletivo (educação, transporte, saúde, habitação e lazer), necessários a sobrevivência da classe trabalhadora, promove, isto sim, o aprofundamento da situação de miséria e penúria da maior parte dos habitantes urbanos.

A destruição involuntária da maior parte da mata nativa existente na Vila dos Sargentos foi induzida pela necessidade vital que os moradores tinham de ocuparem um espaço. A construção dos barracos e o desejo de habitá-los reflete, não a desatenção e o pouco caso dos moradores pelo meio-ambiente local, mas a luta pela sobrevivência em uma cidade tão segregadora.

A intensa ocupação da Ponta da Serraria alterava-lhe o caráter funcional, antes uma área com características estritamente ambientais e agora, principalmente, a partir dos anos oitenta, um espaço transformado no rumo da urbanização.

A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DA VILA DOS SARGENTOS NO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE

A incorporação da Vila dos Sargentos ao espaço urbano de Porto Alegre não ocorreu pelo simples processo de expansão do perímetro urbano da cidade, mas efetivou-se a partir da organização e mobilização dos seus moradores na busca de uma vida mais digna.

A Ponta da Serraria se coloca entre esses absurdos administrativos da prática governamental de planejamento. Como o ato de planejar não é neutro, isso nos remete a análise de algumas questões importantes sobre a legislação urbana para esta área da cidade.

Como já foi colocado anteriormente, esta área durante décadas permaneceu intocada, mantendo suas características ambientais originais. No entanto, durante todo este tempo, o Estado jamais mostrou qualquer tipo de preocupação no sentido de conservá-la. Por outro lado, teve participação decisiva no processo de ocupação e, conseqüentemente, na alteração do ecossistema da Ponta da Serraria, tanto pelas presenças do matadouro e do quartel como também pela legitimação da expulsão dos trabalhadores de outras áreas da cidade para esta área periférica pelo capital monopolista.

Segundo o I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, a Ponta da Serraria é tida como área de especial interesse paisagístico, no entanto, todos os estudos realizados pela administração municipal em 1975, com o intuito de caracterizar esta área segundo suas potencialidades urbanas, não consideravam as profundas alterações já existentes nesta área da cidade.

Esta visível contradição nos remete, no entanto, a algumas considerações.

Em primeiro lugar, o não reconhecimento da Vila dos Sargentos enquanto aglomerado de sub-habitações, implicaria necessariamente na não implantação de meios de consumo coletivo e de uma infra-estrutura básica necessária a reprodução da força de trabalho ali residente.

E, em segundo lugar, a partir da legislação do Iº PDDU, a administração municipal tencionava colocar os moradores da Vila dos Sargentos como virtuais responsáveis pela destruição deste patrimônio público.

Até 1980, pode-se dizer que a Prefeitura Municipal através de uma administração autoritária, em momento algum procurou os moradores da vila para viabilizar uma solução adequada que resguardasse os direitos dos moradores, através de propostas concretas para

esta área.

Esta situação de reclusão vivenciada pelos moradores não só da Vila dos Sargentos, mas de outras villas populares, onde os mesmos são obrigados a não terem direito à cidade e aos pressupostos mínimos para terem uma vida digna, propiciou, no início dos anos oitenta, o surgimento de movimentos reivindicativos fortes no cenário urbano porto-alegrense.

É a partir deste contexto, que os moradores da Vila dos Sargentos iniciaram, em 1984, uma crescente mobilização que possuía como meta principal o abastecimento e o encanamento de água até as suas residências. Esta já era uma reivindicação antiga, no entanto, nunca tinha obtido uma resposta concreta pela Prefeitura Municipal.

Os moradores articularam uma comissão, com o objetivo de procurar os meios de comunicação e promoverem uma denúncia formal em relação a postura indiferente e intransigente da administração municipal.

Apesar de lento, este processo de permanente mobilização obteve sucesso. A conquista do encanamento de água em toda a vila, efetuado em 1985, serviu também para incrementar-se na vila, a criação de uma Associação de Moradores, como ponto de encontro e como instituição legalmente constituída pelos interesses comuns da população ali residente.

O caráter pluralista dessa associação permitiu a sua organicidade, agregar os moradores e engendrar assim uma prática combativa e inserida nas reivindicações mais gerais do movimento popular.

Esta estruturação política da Vila dos Sargentos, fez com que novas conquistas fossem incorporadas ao dia-a-dia dos moradores como por exemplo: o abastecimento de energia elétrica; a construção por parte da Prefeitura de um ambulatório; a reforma e a ampliação da escola local e a construção de um novo prédio para sediar a Associação de Moradores.

A Igreja, através das comunidades eclesiais de base (CEBs) desenvolve uma importante função no sentido de organização e valo-

rização da comunidade. Convém ressaltar, entretanto, que a organização dos moradores da vila assim como a sua mobilização, não se dá de forma permanente. Pelo contrário, esta ocorre basicamente nos momentos que antecedem ao encaminhamento de alguma reivindicação e de forma gradual.

Hoje a Vila dos Sargentos apesar de reconhecida como parte integrante do perímetro urbano da cidade, enfrenta ainda alguns problemas que merecem ser destacados: a falta de saneamento, ausência de calçamento e principalmente a legalização dos terrenos enquanto propriedade de cada morador.

A Associação de Moradores já não apresenta o caráter combativo de alguns anos atrás. A disputa por parte de alguns grupos políticos, ligados ao então governo populista municipal, enfraqueceu a mobilização e desorganizou o potencial de luta por melhores condições de vida.

Entretanto, o movimento reivindicativo tenta, ainda hoje, apesar de suas limitações e contradições internas, avançar algumas propostas.

Uma delas é o encaminhamento do pedido de uso-capião coletivo, a partir de um processo judicial a ser encaminhado pela Associação de Moradores. Os moradores acreditam que as benfeitorias conquistadas pela comunidade permitem agora o pedido de legalização desta vila.

Outra questão importante é o controle, por parte do ^{129RMec} de algumas áreas que antes pertenciam exclusivamente a vila, além da prática policial por parte do exército no sentido de desenvolver uma demasiada vigilância, muitas vezes armada, nas áreas de acesso até a vila.

São questões como estas que promovem a constante luta dos moradores por um espaço mais digno, mais justo que lhes assegure o direito à cidade.

Contudo, é importante colocar que a organização dos moradores, através dos movimentos reivindicativos por melhores condições de vida, em nossas cidades, junto ao Estado é o primeiro e o

mais importante passo no processo de socialização da cidade e o ponto de partida para a libertação política da classe trabalhadora no interior do nosso espaço de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROS, Carmen et alii. Segregação urbana e mortalidade em Porto Alegre. Porto Alegre, FEE, 1986.
- CASTELLS, Manuel. Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas. In: POULANIZAS, Nílos. Org. O Estado em crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- ENGELS, Friedrich. A questão da habitação. São Paulo, Acadêmica, 1988.
- FOLHA DO TRABALHADOR. A força da grana que destrói coisas belas. Porto Alegre, Out. 1987, p. 9, C.1, 2, 3.
- KRISCHKE, Paulo J. Org. Terra de habitação X Terra de espoliação. São Paulo, Cortez, 1984.
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo, Nobel, 1987.
- MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar - Do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis, Vozes, 1987.

